

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA – ASCES/UNITA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM CARUARU:
PARCERIAS COM OS GOVERNOS FEDERAL E DE PERNAMBUCO**

ANA ELISA LEMOS SANTOS
JUANNA DARCK J. AQUINO
KIONARA KARLA PEREIRA DA SILVA

CARUARU

2017

ANA ELISA LEMOS SANTOS
JUANNA DARCK J. AQUINO
KIONARA KARLA PEREIRA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM CARUARU:
PARCERIAS COM OS GOVERNOS FEDERAL E DE PERNAMBUCO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES/UNITA, como requisito para obtenção do grau de Bacharelas em Administração Pública.

Orientadora: Professora Mestra em Direitos Humanos Elba Ravane Alves Amorim

CARUARU
2017

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____/____/____

Presidenta: Prof^a. Mestra Elba Ravane Alves Amorim

Primeiro Avaliador: Prof.

Segundo Avaliador: Prof.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal fazer uma análise comparativa entre os planos e políticas para as mulheres no âmbito nacional, estadual e a municipal, os principais convênios analisados são: Mulheres de Barro, De Olhos Abertos Contra a Violência e Casa da Mulher Artesã. A análise foi apresentada a partir do comparativo de dados colhidos a partir de anuários, relatórios de gestão disponíveis ao acesso público e relatórios de prestação de contas dos convênios. Utilizando a pesquisa documental, a partir de uma abordagem qualitativa, submetemos os dados colhidos a análise de conteúdo, buscando o sentido das ações desenvolvida, o impacto na vida das mulheres e o alinhamento entre a política nacional, estadual e municipal da mulher. Assim o estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: As parcerias realizadas para os convênios Mulheres de Barro e De Olhos Abertos para Violência Contra Mulher atenderam as diretrizes previstas nos planos municipal, estadual e nacional de Políticas para Mulheres? Ao final da pesquisa verificamos que os convênios estariam atendendo as diretrizes dos planos de políticas públicas para as mulheres em âmbito nacional, estadual e municipal. No que se refere, ao Nacional: geração de renda, igualdade de gênero, autonomia financeira, educação para igualdade cidadania, o enfrentamento contra a violência da mulher. Estadual: melhoria das condições de vida das mulheres. Municipal: elevação da qualidade de vida e promoção do direito das mulheres, assistência e prevenção a violência contra a mulher, fortalecimento sociopolítico das mulheres.

Palavras-Chaves: Convênios, Políticas Públicas, Caruaru, Mulher.

ABSTRACT

Abstract: This essay aims to make a comparative analysis between the plans and the politics to women in national, state and local scopes. The main covenants that were analyzed are: *Mulheres de Barro*, *De Olhos Abertos Contra a Violência* and *Casa da Mulher Artesã*. The analysis was presented from the comparative of datas picked from yearbooks, management reports available for public access and accountability reports from the covenants. By using the documentar research, from a comparative analysis, we submitted the picked datas to the content analysis, searching for the meaning of the developed actions, the impact in the women's lives and the alignment between the national, state and local policies for women. Therefore, this essay sought to respond the following research problem: did the fulfilled agreements to *Mulheres de Barro* and *De Olhos Abertos para Violência Contra Mulher* comply with the guidelines in the local, state and national policies to women? As this essay ends, we verified that the covenants were complying with the guidelines of the plans of public policies to women in national, state and local scope. Regarding the national scope: income generation, gender equality, financial Independence, education for citizenship equality, the confrotation with violence against women. State scope: improvement of women's living conditions. Local scope: Enhancement of life quality and providence of women's rights, assistance and prevention to violence against women, sociopolitical reinforcement of women.

Keyword: Covenants, Public policy, Caruaru, Woman

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO	07
1 PLANOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS	09
2 PROJETOS E CONVENIOS DO ORGANISMO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DE CARUARU COM OS GOVERNOS FEDERAL E DE PERNAMBUCO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho é resultado da pesquisa bibliográfica e documental realizada na cidade de Caruaru-PE, com foco nas parcerias realizadas pelo organismo de políticas públicas para a mulher de Caruaru com os governos federal e de Pernambuco.

Em Caruaru, o organismo de política pública para a mulher, foi criada em 2009 na gestão do então prefeito José Queiroz, sob a denominação de Secretaria Especial da Mulher (SEM), vinculado diretamente ao gabinete do prefeito, e tinha como missão “[...] assessorar o chefe do executivo na promoção de políticas públicas para mulheres” (SEM, 2009).

A partir de então, a política pública para mulheres passou por diversas formulações e realizou diversas parcerias, assim o presente artigo tem por objetivo geral analisar as parcerias entre os organismos de políticas para as mulheres de Caruaru e de Políticas Públicas no âmbito Nacional, Estadual e Municipal. Para tanto, teremos como objetivos específicos:

1. Apresentar a relação entre o I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Caruaru e as diretrizes estaduais e nacionais de políticas públicas para as mulheres;
2. Verificar os impactos gerados na vida das mulheres beneficiadas pelos convênios.

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa que segundo Minayo “[...] se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (2010, p.21/22)”.

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica com base em autores/as de referência que trabalham com os conceitos de Políticas Públicas, Gênero e Feminismo e pesquisa documental com base nos planos nacional, estadual e municipal de política pública para as mulheres, serão ainda analisados os anuários e relatórios publicados pelo organismo de política pública da mulher em Caruaru. Para CELLARD (2008, p. 295):

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas Ciências Sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (p. 295)

Mais especificamente, o trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: As parcerias realizadas para os convênios Mulheres de Barro e De Olhos Abertos para Violência Contra Mulher atenderam as diretrizes previstas nos planos municipal, estadual e nacional de Políticas para Mulheres?

1. PLANOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS

As políticas públicas nascem com o objetivo de resolução, tratamento ou enfrentamento de algum problema público que seja relevância coletiva. Estudiosas apontam comportamentos específicos no que se refere as políticas públicas, e as classificam como sendo multicêntricas ou estatistas. De início cientistas intitulam multicêntrica/policêntrica os atores estatais e organizações de cunho privado ou público com uma posição política forte que venham por finalidade defender ações situacionais ou que se opõem a determinado ato e que seja de fato assunto ou necessidade de interesse público. (SECCHI,2012)

A abordagem estatista/estadocêntrica diz respeito aos atores e atrizes protagonistas, se eles realmente têm personalidade jurídica de adquirir direitos e contrair deveres, ou competência para "modelar" a sociedade civil e adequar as complexidades sociais, onde qualquer ato de relevância só se torna de fato política pública quando emana de um ator estatal, já os atores não estatais têm por finalidade única apenas influenciar na elaboração e implementação, mas não o direito de liderar o processo. Todavia, teóricos multicêntricos atribuem os mesmos direitos aos atores não estatais.

Entretanto, indo de encontro com a perspectiva analítica, acredita-se que o estado não deve ser o único a protagonizar, pois a vertente multicêntrica dispõe de instrumentos de distinção e distribuição de poderes que vão melhor atender as demandas da população. (SECCHI, 2012)

Por outro lado, autores como Souza (2007, p.68), referenciando Baratz (1962), escreve que "não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública", a partir desta concepção é notável que a omissão de determinado ato que não proporcione um impacto significativo na sociedade dificilmente será realizado, já que a população possui necessidades diferentes o interessante seria promover uma política pública que venha atender a todos ou grupos que realmente necessitem de uma atenção maior.

Existem opiniões sobre políticas públicas que às interpretam como sendo alicerces e os programas, planos e projetos os complementos operacionais para que a política pública de fato funcione, não podendo ser executado de forma isolada para

a resolução dos problemas demandados pela população, quando se entende que problema é tudo aquilo que está entre a situação atual (realidade) e a situação ideal (desejável).

De fato, não existe um único conceito abstrato que venha definir a política pública, alguns autores falam que são diretrizes estruturantes e o nível intermediário e operacional que incorpora o restante do processo, tornando-as macrodiretrizes estratégicas, onde os níveis trabalham de forma separada e ao mesmo tempo em conjuntura e sintonia. Outros autores falam que as políticas públicas não têm um nível, corpo ou papel definido, elas são o que convém, tomando formas e projetos, leis, campanhas, inovações e etc. (SECCHI, 2012)

As políticas públicas devem contar com a participação da população, o problema é identificado e os atores e atrizes políticos apontam possíveis para buscar solucioná-los. A criação de políticas públicas voltadas para as mulheres é um passo para a redução da desigualdade, cuja base são as questões gênero, classe e raça, e é através do movimento feminista que as mulheres começaram a reivindicar políticas públicas para combater as desigualdades. A violência contra mulher foi uma das primeiras pautas de reivindicações do movimento feminista que ganhou força e visibilidade no âmbito local segundo a Professora Pesquisadora da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas Marta Farah “ [...] as reivindicações na área de combate à violência contra a mulher se dirigiram prioritariamente aos níveis estadual e municipal” (FARAH, 2004, p. 52).

O feminismo luta contra toda e qualquer forma de opressão sofrida pela mulher desde o começo da humanidade, onde até hoje o patriarcado reina. “ O patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância, [...] as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2004, p.54). Patriarcado nada mais é do que o homem exercendo qualquer tipo de poder sobre a mulher, como cabeça da sociedade, onde a mesma ignora o papel da mulher em seu âmbito. O movimento feminista surgiu justamente pela falta de espaço da mulher no setor público e privado. Pateman (1993) diz:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da

história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal [...] O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (p. 16-17).

A Revolução Francesa estourou no século XVIII, precisamente no ano de 1789, era uma França de monarquia absoluta, onde o rei exercia poder sobre tudo e todos, os impostos pagos custeavam a vida luxuosa da nobreza. Ocorreu a criação do Estado democrático, as pessoas queriam liberdade para viver, sem a interferência do governo, seus ideais eram a igualdade que afirmava que todos nasciam iguais perante a lei, sem distinção, por exemplo, da classe social, sistema político, etc., a fraternidade para que todos e todas vivessem respeitando uma a outra mesmo sem compartilhar os mesmos laços de partidos políticos, religião, etc. Mesmo com tais ideais, e de “todos são iguais perante a lei”, nada disso se aplicava a mulher. A revolução Francesa foi marcada pela participação das mulheres, mesmo que ao contar da história, apenas os homens tenham sido vistos como heróis revolucionários. As origens políticas feministas chegaram nessa revolução, segundo Elisabeth Badinter afirma que:

As mulheres tentaram fazer-se ouvir durante a Revolução. Algumas através da pena ou da palavra, e a maioria com seus gritos nas tribunas da Assembleia e das sociedades populares, ou com suas manifestações nas ruas. [...] Dois tipos de mulheres chamaram a atenção. Um tipo anônimo são as mulheres do povo: operárias de tecidos (lavadeiras, fiadeiras...), lojistas, feirantes. São elas as primeiras a reagirem ao período de miséria, e a tomar frente dos motins da fome. [...] Mas a revolução teve outras atrizes: um número pequeno de mulheres [...] Mulher de letras que mal sabiam escrever como Olympe de Gouges; [...] mulheres oriundas da pequena burguesia, se interessavam pela política, assistiam as sessões das sociedades populares, e fundaram elas mesmas, em Paris e na província, clubes femininos. (BADINTER, 1989, P.9).

Mary Wollstonecraft foi uma escritora que lutou pelo direito das mulheres, seu livro “Reivindicação dos direitos da mulher”, é considerado uma obra sobre o feminismo, onde as mulheres mereciam direito à educação, pois a desigualdade política e social entre homem e mulher, era pela educação diferenciada que ambos

adquiriam. Pois, na época, as mulheres eram apenas destinadas a cuidar do lar e da família, o direito a educação que até hoje reivindicamos, no atual momento onde o patriarcado ainda reina e a mulher é vista apenas como objeto do homem (Wollstonecraft, 1792).

A obra de Wollstonecraft inspirou várias mulheres a irem à luta atrás de seus direitos, em 1897 o “movimento das sufragistas” na Inglaterra surgiu, o movimento lutou pelo direito da mulher ao voto, direitos sexuais, direitos reprodutivos, direito econômico, direito do sufrágio, direito político, direito a independência sobre sua vida, surge aí a primeira onda do feminismo, entre o século XIX e começo do século XX onde as mulheres lutaram contra a discriminação dos gêneros, onde apenas o sexo masculino poderia participar das decisões e vida política da sociedade (Wollstonecraft, 1792).

No Brasil, a luta pelo direito do sufrágio, surgiu em 1889. Em 1932 a mulher brasileira conseguiu direito ao voto, a luta feminista passou a não ser apenas para direitos políticos, mais sim reivindicações sobre a forma que era vista pela sociedade. Cerrot, diz (2005) “As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar [...]”

A segunda onda feminista surgiu na década de 1960 e vai até os anos 1980. O feminismo dessa onda “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres” (PEDRO, 2005, p. 79). Mulheres casadas ou solteiras eram vítimas de violência sexual por seus maridos ou companheiros, elas queriam que isso fosse solucionado, já que a mulher devia servir seu marido ou companheiro em todos os aspectos, mesmo sem sua vontade; surge a questão do aborto, além da completa igualdade de gênero, a mulher lutava por seus direitos sexuais e reprodutivos, sua liberdade sexual.

No Brasil, a segunda onda chegou no período da ditadura militar, as mulheres estavam presentes em todas as lutas, nas Diretas Já as feministas foram líderes importantes, assim como fora do país, no Brasil também teve a importante revolução sexual. Veio a pílula anticoncepcional, nem todas as mulheres tinham o desejo de ser mãe ou dona do lar. Foi a onda da liberdade sexual.

Na terceira onda, vem a questão da igualdade no próprio movimento feminista, a primeira e a segunda onda foram vistos estereótipos femininos, mulheres brancas de

classe A, agora se lutava para o reconhecimento das mulheres negras, lésbicas, indígenas, de classe social baixa, mulheres rurais. As mulheres começaram a se destacar no movimento e em 1988 teve a criação do Geledés – Instituto da Mulher Negra, que tem como princípio a defesa da mulher negra, lesbofobia, credo, classe social.

As mulheres negras e as lésbicas proclamaram o caráter metanarrativo do conceito de gênero, que inviabiliza as diferenças entre as mulheres, impondo uma identidade comum que corresponde na realidade aos interesses da identidade hegemônica das mulheres heterossexuais e da raça branca. Em síntese, o gênero caiu na mesma armadilha que havia pretendido evitar: a homogeneização e a imposição de uma identidade única. (FRANCO, 2004 apud ESPINOZA 2004, p. 15).

A igualdade de gênero no Brasil vem sendo uma temática completamente frequente no dia-a-dia. Grande parte da população vem lutando ao longo dos anos contra esse sistema patriarcal que a sociedade ainda insiste em usar como padrão, o surgimento das políticas públicas veio exatamente no intuito desestruturar esse sistema de ações para obter uma sociedade livre de preconceitos e discriminações: “Enfrentar preconceitos, estereótipos, buscar uma cidadania ativa para todas e todos, não se faz sem repensar experiências, questionar práticas na política, na gestão pública e na vida social.”(SUPLICY, Marta, pág. 05, 2004, São Paulo-SP).

Desde a primeira luta do movimento feminista que teve início na segunda metade da década de 1960 em busca de seu espaço de direito no mundo, tem sido cada vez mais visada ao longo dos anos e graças aos projetos de políticas públicas e contribuições que o governo vem proporcionando, vem tomado mais espaço não só para mulheres, em toda sua diversidade de cor, raça, gênero ou religião.

O movimento feminista é publicamente cobrado a mostrar resultados na ocupação dos lugares de poder pelas mulheres. Isso se faz, em geral, a partir de uma visão sobre participação política apenas como aquela feita por meio dos partidos para ocupar os espaços do poder no sistema institucionalizado, que não levam em conta a importância da organização das mulheres como movimento, tampouco suas estratégias e objetivos. Aliás, esse é um problema sério sobre participação política e poder que nos leva à relação entre política e produção de conhecimento (ÁVILA, 2008, p. 54)

Como se torna nítido, esses grupos vêm conquistando seu espaço como atores e atrizes políticas o que assegura maiores possibilidades de construção de ações que promovam direitos.

Obviamente ainda há muito a se pensar, elaborar e debater sobre as políticas públicas de gênero. A introdução da perspectiva das mulheres como um sujeito e como categoria de gênero no âmbito das políticas públicas não tem sido um processo fácil. Há que se reconhecer que, em larga escala, as experiências ainda são incipientes. O que torna ainda mais necessário o debate e a avaliação crítica das experiências existentes no sentido de reforçar a construção de tais políticas. (GODINHO Tatau. SILVEIRA Maria, 2004, p. 09)

O trabalho de desconstrução de ideias é a principal tarefa estabelecida pelos grupos que apoiam a causa da igualdade, seus projetos buscam transpassar que no mundo atual, as atitudes preconceituosas impedem o crescimento do próprio país. A luta da esfera executiva aborda argumentos também econômicos, visando o crescimento do Brasil, destruindo sua visão restrita ao novo mundo que temos. O espaço conquistado por elas na política, mostra que o crescimento de ideias abertas toma seu espaço aos poucos, a principal função das políticas públicas para as mulheres, além de proteger, é abrir a visão da sociedade para os trabalhos governamentais que buscam a contraposição das desigualdades de gênero garantindo assim os direitos e autonomia das mulheres, para Sylvia Walby:

Este direito é melhor compreendido como aquele que inclui o direito à integridade física, o direito de regular o próprio corpo, e não somente o direito à justiça no sentido de não ser presa erroneamente. Isso inclui direitos reprodutivos, direito à contracepção e ao aborto, à preferência sexual, e o direito de não sofrer espancamento ou violência sexual. (p. 171, 2004)

Os mecanismos institucionais de participação social foram implementados no Brasil especialmente a partir do governo Lula em 2003, onde buscou-se incluir mulheres, negros e negras, LGBT e outras minorias, já que frente a invisibilidade desses sujeitos tais políticas eram inexistentes. (AMORIM, LAGES, SILVA, 2015).

Olesen (2008, p. 219) destaca a contribuição dos estudos para o fortalecimento da ação política ao afirmar que “[...] o trabalho feminista prepara o terreno para outras pesquisas, outras ações e políticas que transcendem e transformam”.

A Secretaria Especial da Mulher de Caruaru surgiu em 2009 através da Lei 4.753/2009 na gestão do prefeito da época José Queiroz, onde era vinculada ao gabinete do prefeito. Foi nomeada como secretaria a militante de movimento social, ex-vice presidenta da União Nacional dos Estudantes, Louise Caroline Lima e Silva. Após 2009, os movimentos e discussões sobre mulher, gênero e feminismos na cidade cresceram de forma significativa (AMORIM, LAGES, SILVA, 2015).

Caruaru é a cidade do interior mais populosa de Pernambuco, a capital do agreste tem aproximadamente 351.686 habitantes (IBGE 2016). Em fevereiro de 2009, a Secretaria convocou o I fórum de Mulheres de Caruaru, que reuniu 120 mulheres de diversas entidades, definindo seus eixos. (AMORIM, SILVA, ANO). Em 2008, 14 mulheres foram vítimas de femicídio, e a violência foi apontado como prioridade, no I Planejamento da Secretaria Especial da Mulher de Caruaru estruturado em 3 eixos; Enfrentamento a Violência, Fortalecimento Político e Promoção de Direitos. (CARUARU, 2010).

O Centro de Referência da Mulher Maria Bonita (CRM) foi reestruturado com o objetivo de melhor atendimento, assim, realizou-se parcerias da Delegacia da Mulher, rede municipal de saúde, polícia civil e militar e a FAVIP. A gestão municipal (2009) avaliou que o CRM tinha difícil acesso, o que dificultava a ida das mulheres e pouco conhecimento de sua existência na sociedade. O CRM tem atendimento psicológico, social, jurídico, orientação e informação à mulher em situação de violência.

Outra política pública com foco nas mulheres foi a ampliação da Licença Maternidade. O prefeito da época José Queiroz, enviou para a Câmara Municipal, a proposta de emenda nº015, que foi aprovada e ampliou para funcionárias do município de Caruaru o direito de usufruir 180 dias remunerados com os filhos recém-nascidos. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), recomenda que os bebês sejam alimentados com leite materno até os seis meses de idade.

A Delegacia Especializada da Mulher da Mulher de Caruaru é uma unidade da polícia civil, e tem o objetivo de atender as mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, está previsto na lei Maria da Penha. É fundamental seu conhecimento perante a sociedade, é um instrumento no enfrentamento a violência de gênero. No ano de 2009, a Delegacia em Caruaru registrou 994 denúncias. Na figura abaixo temos os dados de violência doméstica, sexual ocorridas em PE:

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS ocorridas em Pernambuco 2009-2014 - Mulheres 10 anos e mais

Div.adm.estadual	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
I Geres Recife	635	966	1799	2046	2871	2213	10530
II Geres Limoeiro	54	47	32	34	186	226	579
III Geres Palmares	-	-	3	2	24	27	56
IV Geres Caruaru	223	105	172	157	425	338	1420
V Geres Garanhuns	1	-	8	19	88	95	211
VI Geres Arcoverde	1	-	47	102	76	77	303
VII Geres Salgueiro	8	18	51	80	80	92	329
VIII Geres Petrolina	132	757	809	1199	1207	1098	5202
IX Geres Ouricuri	-	6	184	244	348	303	1085
X Geres Afogad Ingazeira	-	-	64	95	93	111	363
XI Serra Talhada	3	9	27	11	176	210	436
XII Goiana	1	4	5	23	94	68	195
Total	1058	1912	3201	4012	5668	4858	20709

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sinan Net

O Conselho Municipal da Mulher (CMM) é órgão de Controle Social criado em Caruaru através projeto de lei encaminhado à Câmara Legislativa de Caruaru pelo então prefeito de Caruaru, José Queiroz de Lima, em 05 de abril de 2010, sendo aprovada a Lei nº4.928. Queiroz criou o conselho na cidade em 1987, mas foi desativado nas gestões seguintes. O Conselho é órgão paritário, composto por representantes do poder público e da sociedade civil.

O CMM é de extrema importância para assegurar e cobrar os direitos das mulheres, para encontrar soluções conjuntas entre a sociedade civil e o poder público, propor políticas a administração pública, destacando e garantindo nossos direitos. O controle social é uma forma de exercer e fortalecer a cidadania, a cidadã participa da gestão pública. Para Braga (2011), o Controle Social tem:

- 1) função política: que se expressa pela participação de segmentos da sociedade civil em processos decisórios, de promoção da transparência e do acompanhamento da gestão pública;
- 2) função jurídica: que se faz presente ao funcionar como elemento de defesa dos interesses individuais e coletivos e dos aspectos de legalidade da gestão pública, conforme previsto no ordenamento jurídico e na legislação vigente;
- 3) função social: assegurar ou ampliar os direitos sociais aos cidadãos ou àquelas comunidades, antes excluídas desses direitos. Manifesta-se quando estimulam-se os cidadãos ao aprendizado da cidadania e a serem sujeitos ativos. (BRAGA, 2011, p. 53)

Em 2010 o Programa de Enfrentamento À Violência, fez uma parceria com órgãos policiais de repressão e desenvolvimento dos instrumentos de acolhimento às vítimas. O objetivo era reduzir os índices de violência a partir de programas de prevenção. Com essa campanha o aumento de denúncias contra os agressores foi de 68,5%. A delegacia da Mulher registrou um índice de aumento de 174,7% de prisões de agressores, sendo esses resultados bons para a gestão. (Anuário ano 2. BEM-ME QUER 2010)

Nesse ano teve a criação da Clínica da Mulher, em parceria com a Secretaria de Saúde e Secretaria da Mulher. São oferecidos serviços de ginecologia, mastologista, nutricionista, dermatologista, psicóloga, endocrinologista e fisioterapeuta.

É necessário ter um instrumento de saúde da mulher especializado, mulheres em situações de violência doméstica ou sexual, homens trans, lésbicas, bissexuais e idosas sofrem com a falta de tratamento adequado, principalmente na área da ginecologia. É necessária uma formação sobre questões de gênero e sexualidade com os profissionais de determinadas áreas. Conforme a Rede Feminista de Saúde, que tem o compromisso de defesa de saúde integral das mulheres e de seus direitos sexuais e reprodutivos, a saúde tem que ser acessível a qualquer mulher. (REDE FEMINISTA DE SAÚDE,2017)

Ao longo da história da humanidade a desigualdade ainda continua sendo um marco profundamente vivo em nosso meio de convívio, civilizações firmaram condições sociais e de dominação que mantém grupos de mulheres cristalizadas em situações de inferioridade, indiferença e exclusão participativa até hoje, seja em espaços públicos ou privados.

Somente a partir dos anos de 1960 que o Brasil abre espaços para estudos e pesquisas sobre mulheres e lutas de classes, foi a partir desse momento que feministas começaram de fato reivindicar a quebra do poder abusivo e soberania de uma parcela populacional altamente machista. A grande divisão dos sexos foi o estímulo que faltava para impulsionar o confronto de posições na classe proletária. Os movimentos de classes por sua vez, poderiam retroceder, estagnar ou se desenvolver de acordo com a força de vontade de cada grupo e da não alienação de grupos dominantes. O que presenciamos é que os grupos de mulheres que lutavam por seus ideais tendencialmente cresceram. (CISNE, 2014)

Transformar a concepção da sociedade que já fora construída anteriormente tem se tornado um verdadeiro desafio, porém, com a implementação correta de políticas voltadas para as mulheres é possível mudar a cultura e fazer com que isso possa gerar maior visibilidade e, sobretudo igualdade de gênero. Tal missão é uma tarefa árdua que aos poucos expõem resultados que vem se mostrando cada vez mais satisfatórios, pois as mulheres passaram de "objetos" para serem reconhecidas como sujeitos capazes de possuírem direitos

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) estabelece ações que visam, através da ação institucional, contribuir com o avanço da igualdade de gênero. As ações previstas no Plano constituem base, não apenas voltada para as questões de gênero, mas também para o enfrentamento das desigualdades raciais, da violência lesbofóbica, de classe, entre outras. A então ministra Eleonora Menicucci (2013) nas celebrações dos 10 anos da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), destacou que:

Em 2013, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) completa uma década de existência, com contribuições efetivas para a consolidação das políticas públicas de gênero, destacando a efetiva transversalidade de gênero nas políticas interministeriais. Hoje, a perspectiva de gênero está incluída em todas as políticas públicas, numa clara demonstração do protagonismo das mulheres na construção de um projeto de sociedade mais justa, mais equânime e democrática. (p. 7)

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é composto por dez capítulos e possuem projetos, ações com e sem previsões orçamentarias que constam no Plano Plurianual de 2012-2015. Seu conteúdo destaca a necessidade de enfrentamento das questões patriarcais que a sociedade costuma seguir rigidamente e coloca na centralidade dos desafios das políticas para as mulheres a sua inclusão no mercado de trabalho e seus direitos trabalhistas. (BRASIL, 2013, p. 11)

A não elaboração de muitos projetos inclusos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres é devido à falta de fundo financeiro disposto pelo governo brasileiro, mas ainda assim, essa questão, apesar de essencial, não impede que sejam feitos trabalhos de luta em busca dos objetivos citados no PNPM.

No primeiro capítulo do PNPM temos, "Igualdade no mundo do trabalho e Autonomia Econômica". Não é novidade que no sistema de trabalho e econômico sempre existiu desigualdade na questão sexual, no sentido de que homens tinham

mais direitos que as mulheres, além de possuírem cargos e salários bem mais altos. Conforme se verifica nos dados da PNAD 2013:

CARACTERÍSTICAS DE PESSOAS COM IDADE ENTRE 16 E 60 ANOS SEGUNDO PROFISSÃO E GÊNERO (ENTRE PARÊNTESES O INTERVALO DE 95% DE CONFIANÇA)

VARIÁVEL	ADVOGADO		ENGENHEIRO		MÉDICO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Cor branca	77%	75%	81%	77%	82%	81%
	(73; 80)	(71; 79)	(77; 84)	(68; 83)	(75; 87)	(76; 86)
Cor não branca	23%	25%	19%	23%	18%	19%
	(20; 27)	(21; 29)	(16; 23)	(17; 32)	(13; 25)	(14; 24)
Vive em companhia de cônjuge	61%	46%	69%	43%	69%	60%
	(57; 66)	(41; 51)	(65; 73)	(33; 53)	(63; 75)	(53; 66)
Viveu em companhia de cônjuge no passado, mas não atualmente	9%	15%	6%	18%	8%	14%
	(7; 12)	(12; 18)	(4; 8)	(11; 27)	(5; 13)	(10; 19)
Nunca viveu em companhia de cônjuge	29%	39%	25%	39%	22%	26%
	(25; 34)	(34; 44)	(21; 29)	(30; 49)	(17; 29)	(21; 33)
Jornada semanal inferior a 20 horas	4%	5%	4%	4%	5%	8%
	(2; 6)	(3; 9)	(2; 6)	(1; 10)	(3; 9)	(5; 12)
Jornada semanal entre 20 e 39 horas	22%	29%	8%	17%	32%	33%
	(18; 25)	(25; 33)	(6; 11)	(11; 25)	(26; 38)	(27; 39)
Jornada semanal de 40 horas ou mais	75%	66%	88%	79%	63%	60%
	(71; 79)	(61; 71)	(85; 91)	(70; 86)	(56; 70)	(54; 65)

Fonte: Pnad 2013 (IBGE, 2014).

Com a abordagem dessas ações, a desigualdade de gênero no mundo do trabalho passa a ser enfrenada através de ações institucionais do Estado, visto que a autonomia financeira é fundamental para independência em reação às opressões masculinas. (BRASIL, 2013. p. 14)

Outro capítulo do Plano é a “Educação para Igualdade e Cidadania” cujo objetivo apontado é abolir as diferenças sexuais no sistema de ensino e na cidadania, independente de raça, religião ou sexo.

O terceiro capítulo fala sobre a “Saúde Integral Das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos” proporcionando o direito de segurança na saúde e sobre os direitos próprios do seu corpo. O documento prevê que:

Ao longo dos anos os planos de ação da saúde foram ampliados de modo a incluir grupos historicamente alijados das políticas públicas nas suas especificidades e necessidades. Entre elas, as mulheres lésbicas, bixessuais, no climatério, as mulheres do campo e da floresta, as índias, as negras as quilombolas, as que vivenciam a transexualidade, mulheres em situação de prisão, as portadoras de deficiência, as que vivem em situação de rua e as ciganas. (BRASIL, 2013, p. 31)

“Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres” é o assunto do quarto capítulo. A violência contra a mulher é assunto de grande abordagem não apenas no Brasil. A luta contra as violências sofridas pelas mulheres vem ganhando maior repercussão ao longo dos anos, porém o índice de violência cresce mais a cada dia. Segundo o PMPN (2013, p. 42) de acordo com os dados de 2006 a 2010 da Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os dez países com maior número de homicídios femininos. Devido a esses dados, o número de ações para o enfrentamento dessas ocorrências cresceu consideravelmente e hoje temos 974 redes operacionais de serviços as mulheres.

No capítulo seguinte se discute o “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”, cujo foco é estabelecer um lugar de liderança para as mulheres nas esferas públicas/políticas. Além da exigência de juma participação ativa das mulheres em cargos de decisão, o projeto inclui igualdade também para mulheres com deficiência, como também igualdade racial, sexual, etc. (BRASIL, 2013, p. 53, 54)

No capítulo seis, “Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social” diz:

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ratificou a importância de políticas e ações que venham a promover as mudanças necessárias m direção o desenvolvimento sustentável, à proteção e à justiça ambiental no país, com a ampla participação das mulheres do campo, da floresta e das cidades. (BRASIL, 2013, p. 60)

Complementando o capítulo seis, temos “Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta”. Esse projeto é voltado para a produção das mulheres trabalhadoras de campos e florestas, proporcionando a elas sua autonomia econômica através dos seus meios de produção financeira, abrangendo os recursos de crédito, comercialização, envolvendo o acesso à terra, água e outros recursos. (BRASIL, 2013, p. 66)

No capítulo oito entramos com “Cultura, esporte, comunicação e mídia”, mostrando que em todos esses aspectos se exige uma sociedade igualitária, levando em conta que são essenciais para o bem-estar de qualquer ser humano, homens e mulheres – negra, branca, indígena – que buscam se encaixar na sociedade a sua maneira e cultura, sem seguir o sistema patriarcal que as impedem. (BRASIL, 2013, p.74)

No penúltimo capítulo do PNPM é apontado o “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”. Relata a prática do racismo e sexismo que compõe uma grande parte da população brasileira, segundo os dados do (PNAD/IBGE) e seu foco principal é quebrar essa barreira de preconceito e desigualdade na questão de racismo, sexismo, na orientação sexual e identidade de gênero na intenção de destruir a violência seja ela verbal, física, moral ou psicológica. (BRASIL, 2013, p. 84, 85)

E, por fim, temos “Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência”, que proporciona a garantia do protagonismo das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência na elaboração, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas e aos equipamentos e serviços públicos. (BRASIL, 2013, p. 91)

A efetivação da cidadania das mulheres permanece como uma tarefa a ser enfrentada e um plano de política para os governos, assegurar a igualdade de direito e de fato entre mulheres e homens é missão de todos os ministérios do governo e das demais instâncias governamentais – legislativo, executivo e judiciário, além de gestoras e gestores acompanhados dos movimentos sociais, em especial o de mulheres feministas, e principalmente da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

Assim como sabemos que as pessoas possuem direitos e obrigações a serem cumpridas para atuarem democraticamente, o Estado por meio dos três poderes e dos três entes da federação tem a obrigação de assegurar políticas que garantam os direitos de cada cidadã conforme suas necessidades.

No ano de 2007 inicia-se o processo institucional de enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres na região Pernambucana, mas especificamente com a criação da Secretaria da Mulher de Pernambuco pelo então governador Eduardo Campos. (PERNAMBUCUCO, 2008)

A Secretaria da Mulher de Pernambuco, criada pela lei nº13.205, de 19 de janeiro de 2007, surgiu com o propósito de promover os direitos das mulheres pernambucanas, por meio de políticas públicas, campanhas, planejamentos de gênero e melhoria das condições de vida das mulheres em espaços urbanos e rurais. (PERNAMBUCUCO, 2008)

No primeiro ano de sua implementação os objetivos foram as concretizações de um espaço para a construção de políticas de gênero, e a busca de igualdade para o melhor desenvolvimento do estado. As atividades iniciais foram estabelecidas por meio de comunicação, onde ocorreram não somente palestras, mas conjuntos de atividades que se estenderam entre 117 municípios, mais de 50 eventos e a

participação em cerca de 5 mil mulheres, a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres com a participação de mais de 1.200 delegadas, representantes da sociedade civil e dos poderes municipais e estaduais de Pernambuco, sem dúvidas representou um marco totalmente positivo e de suma importância para avançar em ações de encorajamento e estímulo, quando se refere ao enfrentamento de qualquer que seja o tipo de violência, ou impulso para as práticas de ações autônomas, cuidados com saúde, dentre outros temas, como o de cidadãos e o poder de fortalecimento do controle social, que tem o objetivo de progressão da participação das mulheres em espaços de decisão. (PERNAMBUCUCO, 2008)

Atuando para o fortalecimento das políticas de gênero, os anos de 2007 e 2008 serviram para estruturação e primeiros passos da secretaria, a conquista se deu por meio de ações desenvolvidas, como o "Nenhuma Pernambucana sem Documento" que foi uma ação onde promoveu que mulheres tivessem acesso aos direitos básicos de emissão de documentos como o RG ou CPF; ou o "Programa Mãe Coruja" onde o sistema de saúde de cada município pernambucano deu suporte à várias mães durante o acompanhamento da gestação, garantindo os direitos reprodutivos das mulheres e assistência no pós-parto e desenvolvimento da criança; O programa "Chapéu de Palha Mulher" que veio favorecer várias mulheres desempregadas no período da entressafra do Sertão, Zona da Mata e Agreste, desenvolvendo ações de igualdade de gênero, raça e etnia, por meio dos cursos de cidadania, cursos profissionalizantes e de empreendedorismo, beneficiando 2.113 mulheres, de 47 municípios (PERNAMBUCUCO, 2008)

O forte envolvimento com o governo federal contribuiu para a consolidação das políticas de gênero em território nacional, que veio de certa forma dar suporte à Pernambuco, visto que o estado já passara a ter uma instância governamental onde poderia formular, articular e implementar políticas públicas voltadas à defesa dos direitos das mulheres no estado. A SecMulher-PE, reorganizou sua estrutura e transformou a Gerência Executiva de Enfrentamento à Violência de Gênero em uma Secretaria Executiva de Enfrentamento à Violência de Gênero, que resultou em mais um avanço para a segurança das mulheres, pois o Pacto Pela Vida aderiu o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, tendo como eixo os seguintes aspectos: Prevenção à Violência Contra mulheres, Proteção à Vida das Mulheres, Punição à Violência Contra às Mulheres, Assistência Para Resgate da Cidadania, e por fim, Produção de Conhecimento. Estes eixos contaram com convênios entre

governos estadual, municipal e federal para serem consolidados. (PERNAMBUCO, 2009)

As políticas de prevenção e enfrentamento foram intensamente motivadas por movimentos de mulheres e feministas, onde conseguiram englobar a familiarização e compreensão de gênero como sendo de total interesse, dando suporte à mulheres vítimas de violência doméstica, e sexual, garantindo a prestação de serviços jurídicos, socioassistenciais e psicológicos, além da disponibilização de abrigos às mulheres que correm risco de vida. Estes meios de formular políticas públicas sempre trabalham em conjuntura outros projetos, onde além de prestar o atendimento às mulheres vítimas de violência, também vão dar suporte para que consigam fortalecer novamente a autoestima e empoderamento por meio de ações voltadas e pensadas especificamente para o momento de "pós opressão" e violência. (PERNAMBUCO, 2009)

Outro avanço foi que, ao torna-se Secretaria de Estado, Pernambuco que ocupava uma colocação alta no mapa de violência no ano de 2003, onde situava-se na 5ª posição, sendo considerado um dos estados onde mais mulheres foram assassinadas em decorrência da violência de gênero, após 10 anos de gestão, conseguiu alavancar esse patamar de quinto estado mais violento e a partir de 2013 passa a ocupar a 15ª colocação no ranking. Apesar dessa melhoria e da ampliação da Lei Maria da Penha em Pernambuco, os casos de violência contra a mulher infelizmente ainda continuam surgindo e são alarmantes. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015, p. 14/ 22).

As gestões dos anos de 2011-2015 inicialmente promovem conquistas evidentes e resultados nos diversos segmentos e atuação. O fato de ter alcançado o patamar de Secretaria de Estado, no início de 2011, deixando de ser uma Secretaria Especial é um importante reconhecimento da prestação de serviço às cidadãs pernambucanas. Essa mudança de status na estrutura governamental significa a garantia para futuras ações que serão formuladas. (PERNAMBUCO, 2011,2015)

Anteriormente denominava-se Secretaria Especial da Mulher, porém quando se tornou secretaria de estado e passou a atuar diretamente com o poder executivo sua nomenclatura sofreu uma modificação, e a partir de 15 de janeiro de 2015 pela lei 15.452 converteu-se em Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE), onde permanece até os dias de hoje. A SecMulher-PE tem o objetivo de fortalecer e descentralizar a gestão, passou a contar com pouco mais de 39 Secretarias das

Mulheres, 112 coordenadorias, 4 diretorias e uma gerência de Políticas Públicas para Mulheres, isso em todo o estado, até o ano de 2015. (SECMULHER-PE, s.d.)

Em março de 2010 foi encaminhado à Câmara legislativa o projeto de Lei para a criação do Conselho municipal da mulher “por compreender que o controle social qualificado é fundamental para que as políticas públicas atendam às demandas sociais em sua plenitude” (QUEIROZ José, 2010)

As propostas mais votadas durante a I Conferência Municipal da Mulher resultaram na elaboração do presente Plano, são voltadas para a criação de mais creches, alfabetização das mulheres, capacitação e profissionalização, incentivo à participação em espaços coletivos, ampliação da rede de enfrentamento a violência e atenção à saúde da mulher

O I Plano Municipal para as mulheres de Caruaru foi apresentado a Câmara legislativa em 8 de março de 2010, elaborado a partir das propostas das caruaruenses protagonistas e destinatárias das políticas que transformam suas vidas, a cultura da cidade e toda a sociedade. Foi firmada parcerias com todas as secretarias Municipais e com os Governos Federal e Estadual, para implementar em sua integralidade o I Plano de Políticas para as Mulheres da história de Caruaru. (QUEIROZ José, 2010)

O Plano foi dividido em três eixos, Promoção de Direitos e Qualidade de Vida, Fortalecimento Sociopolítico e Enfrentamento à Violência, as ações propostas neles se interligam e fortalece o liame entre as secretarias municipais, comprometidas em executar com excelência as políticas que atendem aos anseios da população. (AMORIN Elba Ravane A, 2010)

O programa de Fortalecimento Sociopolítico das Mulheres visa minimizar, a curto e médio prazos, e excluir, a longo prazo, com as razões de exclusão social da mulher, buscando proporcionar às caruaruenses o cumprimento dos direitos das mulheres que constam nas Declarações da ONU. (CARUARU,2010)

Levando em consideração que a missão do Plano de Políticas para mulheres em âmbito estadual no ano de 2010 a 2011 foi totalmente de acordo o plano municipal, quando promoveu os direitos das mulheres, por ter o objetivo de formular, articular, coordenar, apoiar e monitorar as políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida das mulheres.

2. PROJETOS E CONVENIOS DO ORGANISMO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DE CARUARU COM OS GOVERNOS FEDERAL E DE PERNAMBUCO.

Convênios administrativos são acordos que ocorrem entre organizações públicas ou privadas. Sua finalidade é oferecer um consenso de reciprocidade e interesse entre os membros ditados.

Isso significa que as obrigações constantes de um convênio administrativo devam apontar seu caráter bilateral, resultante da soma de esforços de todos os partícipes, e cooperativo, em busca da consecução de metas e ações finais comuns.' Daí porque não haveria espaço para se falar em prestação e contraprestação, mas tão-somente em prestações. Não se entenda com isso, porém, um empecilho à natureza recíproca das obrigações previstas. (MARRARA Thiago, 2005 p. 553).

Projetos são trabalhos que são planejados com um objetivo final, optando pela clareza e os caminhos menos complicados a serem seguidos durante a execução deste. Com início, meio e fim, ele propõe uma boa forma de passo estratégico, reduzindo os custos e economizando tempo.

Pode ser considerado como um manual, posto que se apresente de forma sequencial e detalhada as etapas seguidas dos diferentes delineamentos de pesquisa. Não pode, no entanto, ser entendido como receituário, pois não há como admitir que uma atividade tão complexa como a pesquisa científica possa ser compreendida mediante a apresentação de uma sequência de passos. (GIL Antonio, 2010, sn)

A constituição de 1988 trouxe um grande avanço para os municípios brasileiros, quando os tornam entes da federação, que resultou em um engendramento da gestão para uma melhor prestação de serviços. (LAUDELINO MARQUES, s.d.).

O município deve ser reparado por três perspectivas: sociológica (Organizações sociais dirigidas por temáticas que seguem a mesma afinidade para melhorias coletivas), política (Entidade estatal autônoma regida pela constituição) e jurídica (Pessoas jurídicas de direito público com capacidade civil para desempenhar funções e obrigações de interesse do município). (LAUDELINO MARQUES, s.d.).

Significa articular os gestores, prefeitura e a sociedade civil como um todo, a fim de promover e melhor desenvolver sua parcela de prestação de serviços, consolidando democracia e força local. Nunca sendo entendida como prefeiturização, que é o exercício do serviço público legalmente municipalizado de acordo com as

decisões do executivo, onde não existe o processo de participação dos cidadãos e nem dos demais entes federados, sendo apenas uma derivação do processo de municipalização, já que ele é um modelo abrangente. A municipalização não tem valor em si para poder ser considerada uma atividade fim, mas meio, ou instrumento para que consiga alcançar objetivos. (FONSECA, 1998). Barros observa que:

Podemos entender como municipalização a ação articulada das diversas instâncias que atuam no município, inclusive estaduais e federais; não só o Executivo, mas também o legislativo e o judiciário; bem como, e principalmente, a sociedade civil organizada. Mas o que observamos ainda é uma preponderância do Poder Executivo local sobre todos os outros segmentos, utilizando-se do poder de execução do orçamento para monopolizar e comandar as ações. (2005,p.96)

A soberania dos municípios traduz-se em mudanças de execução dos órgãos governamentais, onde toda responsabilidade do Estado e da União seriam passadas ao município, para que ele possa atuar de maneira independente, porém, sempre executando, controlando e formulando ações de interesses coletivos, sendo cobrados, fiscalizados e reivindicados pelo poder popular. (LAUDELINO MARQUES, s.d.)

A descentralização de poder, do ponto de vista orçamentário, atua de forma estratégica, tendo como foco a redistribuição de recurso dos municípios tidos como ricos, para subsidiar municípios menos favorecidos.

O processo de municipalização consiste na união ou alianças entre os âmbitos estadual e municipal, afim de tornar algo de total responsabilidade do governo local, ou de uma forma mais explicativa, nada mais é do que descentralizar o poder estadual, dando autonomia (política, administrativa e financeira) aos municípios, para que eles possam "trafegar" de forma livre em assuntos do seu interesse, onde a administração municipal possa estender-se em uma forma de gestão mais próxima de levar aos munícipes vias de acessos ágeis em casos de solicitações, prestações de serviços e assuntos de interesse público, podendo ser materiais e imateriais. (LAUDELINO MARQUES, s.d.)

Vale salientar que o verdadeiro poder não se encontra apenas no status de município autônomo, mas na participação popular, principalmente quando são formados por associações comunitárias, ONGs, sindicatos, e etc., pois é essa engrenagem que provoca a democratização, só assim é possível construir um nível

de governo que possa ser abordado de forma imediata pelos cidadãos e cidadãs. A consequência é a simplificação e menos burocratização em processos.

Todavia, a incorporação de novos atores para acompanhamento e formulação de políticas assume vários formatos. Existem experiências onde os meios que prevalecem são de certa forma restritos ou "maquiados" quando se trata dos mecanismos de participação, porém, a participação é um instrumento que viabiliza o empoderamento dos atores e atrizes locais para a promoção gradativa das mudanças, a fim de diminuir as desigualdades político-sociais.

Atualmente o poder municipal significa manter e ampliar o envolvimento dos cidadãos com o governo. O prefeito tem como a finalidade da sua função constitucional, dar suporte e melhorias de condições de vida aos munícipes, hoje existem formas de mediação entre a sociedade civil e o poder executivo local, que são os conselhos, eles são a forma mais básica de "cobrança" direta ligados às classes organizadas (saúde, educação, gênero, crianças e adolescentes, etc.), a municipalização e descentralização acaba sendo a força do cidadão ligada diretamente ao município, pois é lá que os cidadãos nascem, crescem, vivem e fazem sua história. (LAUDELINO MARQUES, s.d.)

A Casa de Cultura da Mulher Artesã foi uma ação da Prefeitura junto com a Secretaria da Mulher, ficaria localizada no Alto do Moura, atinge todas mulheres de qualquer idade, principalmente aquelas que são provedoras de seu próprio sustento. Possibilita a geração de renda pelo seu próprio trabalho. No entanto até a presente data a construção da casa não foi concluída e a mesma não iniciou suas atividades como veremos nos próximos tópicos.

Nesse ano, outra parceria realizada entre a secretaria da Mulher de Caruaru e a Secretaria Estadual da Mulher para a realização do programa Nenhuma Pernambucana Sem Documento, onde foi realizado um mutirão pela documentação, especialmente mulheres do Morro Bom Jesus, bairro Centenário e São Francisco, foram mais de 200 carteiras de identidade e 200 carteiras de trabalho, 81 registros de nascimento emitidos.

O RG está previsto na Lei N° 7116/83, sendo regulamentado pelo Decreto nº 89.250/83. O documento de identidade tem a importância de confirmar a identidade da pessoa. É o principal documento de identificação do Brasil, é através desse documento que você pode ter acesso ao passaporte, a carteira de trabalho, ele tem a importância de você poder realizar diversas atividades no país, como um concurso

público, e principalmente acessar as políticas públicas, visto que é documento básico para o exercício da cidadania, de modo que sem ele, as mulheres não podem acessar as políticas públicas.

O Plano Municipal de Política para as Mulheres de Caruaru, viabiliza a otimização das ações do poder público para atender melhor às necessidades das mulheres caruaruenses. O plano se consagrou como norma através do decreto municipal nº23 de 2012 (AMORIM, SILVA, 2014). Trabalho em conjunto com a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal da Mulher de Caruaru. A I Conferência Municipal da Mulher aconteceu em 2011 onde foi eleito propostas de políticas públicas prioritárias que constituem o Plano Municipal. Houve três eixos: 1) Elevação da qualidade de vida e promoção de direitos da mulher; 2) Assistência e prevenção a violência contra a mulher e 3) Fortalecimento sociopolítico das mulheres. As propostas mais votadas de cada eixo integram o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Verificada a importância estratégica do município como locus territorial e político onde vivem os sujeitos, ou seja, onde as mulheres desenvolvem suas experiências de vida, e, portanto, onde elas reivindicam ações que visem assegurar seus direitos. Passamos agora a analisar parcerias entre o município de Caruaru e os demais entes da federação que tiveram transferência de recurso:

A) Projeto Mulheres de Barro:

O alto do Moura foi considerado pela Unesco, o maior centro de arte figurativa da América Latina, é um local onde vive artesãs e artesãos que em seu trabalho com o barro, buscam manter a cultura do Mestre Vitalino. O homem é visto como o principal artista do local, com a mulher tendo pouco destaque, se fez necessário, uma política de valorização da mulher artesã. O projeto foi destinado a capacitar 120 mulheres, principalmente as chefes de família, de baixa renda, mulheres vítimas de violência, visando gerar a autonomia econômica das mulheres, trabalho, renda, inclusão social, redução de pobreza, e que as mesmas fossem reconhecidas como também fazendo parte da contribuição econômica local.

As instituições parceiras foram:

- 1) Governo do Estado de Pernambuco/ Secretaria da Mulher
- 2) Secretaria Executiva de Ressocialização – SERES

- 3) Secretaria da Criança, do adolescente e Políticas Sociais (CRAS Pau Santo)
- 4) Colônia Penal Feminina de Buíque
- 5) Rosa de Saron
- 6) CaruaruPrev

Na Colônia Penal Feminina de Buíque, em Maio, Junho e Dezembro de 2011 foram formadas 76 mulheres. Na Caruaru-Prev em Agosto e Setembro foram formadas 07 mulheres, mesmo que inicialmente a turma tenha sido composta por 23 mulheres, o problema foi a evasão. Na Rosa de Saron em Maio e Junho foram formadas 20 mulheres. O CRAS- Pau Santo em Agosto e setembro, com 20 mulheres formadas.

Esse projeto foi financiado por pelo Governo Estadual que fez o repasse de R\$ 19.221,00 e a prefeitura de Caruaru em contrapartida com R\$ 1.922,10, gerando R\$ 21.143,10. (CARUARU, 2011)

Relação das despesas do convênio nº17/2011 celebrado entre o governo do Estado por intermédio da Secretaria da Mulher e o Município de Caruaru.

Material para as Oficinas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Geral
Bacias de Plástico	Uni.	120	3,50	420,00
Toalhas de mão	Uni.	120	8,50	1.020,00
Ferramentas para trabalho Manual	Uni.	120	10,00	1.200,00
Palitos	Cx.	120	0,60	72,00
Canos de PVC (40 cm de comprimento)	Mts.	48	3,00	144,00
Tinta Branca	Uni.	06	20,00	120,00
Tintas Coloridas (Binagas)	Uni.	42	2,00	84,00

Pincel N°0	Uni.	120	2,50	300,00
Pincel N° 14	Uni.	120	2,30	276,00
Vasilha para tinta	Uni.	120	0,50	60,00
Tábuas de Madeira (30x21 cm)	Uni.	120	6,00	720,00
Barro	Bol.	12	4,00	48,00
Bolsa Plástica	Kg.	06	7,00	42,00
Total Geral				4.506,00

Material didático para as alunas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Geral
Camisas	Uni.	140	15,00	2.100,00
Bolsas	Uni.	120	12,00	1.440,00
Bloco de Anotação	Uni.	120	3,00	360,00
Material didático	Uni.	120	5,00	600,00
Caneta esferográfica	Cx.	03	25,00	75,00
Total Geral				4.575,00

Certificados de Conclusão	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Geral
Certificado de conclusão das oficinas	Uni.	120	3,00	360,00
Valor Geral				360,00

Relação das despesas do convênio n°17/2011 celebrado entre o governo do Estado por intermédio da Secretaria da Mulher e o Município de Caruaru.

Formadores	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Geral
Formador (a) para conteúdos	Hrs.	48	50,00	2.400,00
Formador (a) para capacitação técnica	Tur.	06	930,00	5.580,00
Valor Geral				7.980,00

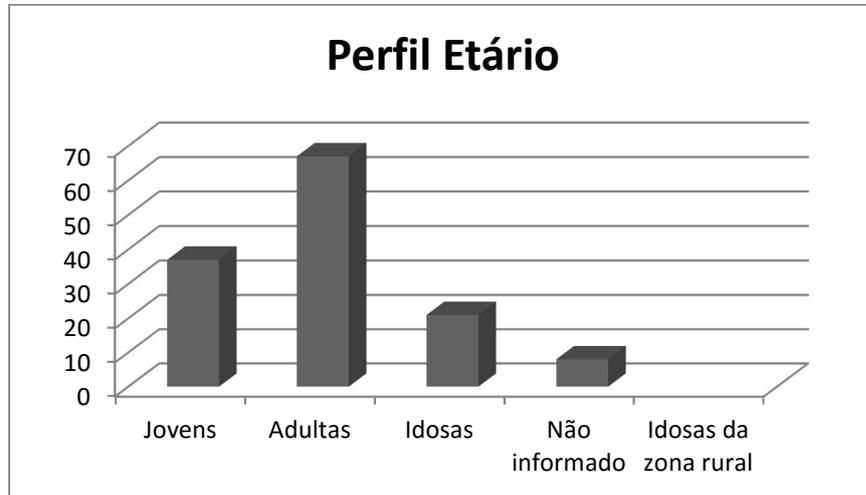
Serviço de Design	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Geral
Serviço de design gráfico	Cri.	01	900,00	900,00
Valor Geral				900,00

A abertura do projeto que veio beneficiar os grupos de mulheres caruaruenses com a compreensão do que é empoderamento e conhecimento na arte do barro, agregou uma significativa proporção no que diz respeito a aprendizagem com foco na autonomia económica, geração de renda e terapia.

Mulheres capacitadas pelo projeto		
Instituição	Período	Quantidade
Rosa de Saron	Maió/Junho	20 Mulheres
Colônia Penal Feminina de Buíque	Maió/Junho	76 Mulheres
CRAS – Pau Santo	Agosto/Setembro	20 Mulheres
CaruaruPrev	Agosto/Novembro	07 Mulheres
Total de Mulheres		123 mulheres

O público foi composto por mulheres jovens e idosas (beneficiárias CaruaruPrev), mulheres da zona rural do distrito de Pau Santo, mulheres urbanas do

centro de dependentes químicas Rosa de Saron, Colônia Penal Feminina de Buíque que faziam parte da população caruaruense.



De acordo com a pesquisa feita com as mulheres no início do projeto, foi perguntado a cada uma das participantes, que finalidade o curso traria. A grande maioria deixou evidenciado que era por uma questão de autonomia financeira, ou para ajudar no orçamento da família, além do que, para algumas, serviu de terapia:

“Participar desse projeto foi de suma importância para minha vida. Hoje sobrevivo do barro, contribuo financeiramente com o Centro, utilizo a arte também como terapia e atuo como monitora multiplicando o que aprendi para as outras meninas”- Aluna egressa Carla Cecília.



B) Projeto de Olhos Abertos Contra a Violência

Aprovado junto ao Governo Federal, foi para a capacitação de profissionais dos serviços especializados e da rede de atendimento da mulher, para a desconstrução de estereótipos, mitos e preconceitos em relação a violência de gênero. O governo federal fez o repasse de R\$ 263.575,72 e a Prefeitura de Caruaru com o valor de R\$ 10.980,24, totalizando R\$ 274.555,96, em 2011.

O curso teve o intuito de mobilizar e articular profissionais que atuam no serviço público e na rede de atendimento à mulher em situação de violência, onde já possuem uma prática de atuação, a metodologia a ser adotada, busca estimular a participação e troca de experiências entre os participantes, alinhando teoria e prática, surge o De Olhos Abertos Contra A Violência. O Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social (IEDS) contratou uma equipe de mobilização no dia 10 de março de 2012, formada por Clayton Feitosa e Maria Alfredina que participaram de uma reunião com as coordenadoras do IEDS e houve o repasse de informações sobre a estrutura do curso a ser ofertado, conforme orientações da Secretaria Especial da Mulher de Caruaru. (CARUARU, 2012)

O curso ofereceu mecanismos didáticos, como exibição de vídeos complementares, discussão acerca dos assuntos, tais como, gênero, Situação de Violência conta as mulheres, Lei Maria da Penha, Tráfico de mulheres, etc., oficinas de produção de cartazes e textos. De Olhos abertos atendeu uma variedade de entidades, como:

- A) Bombeiros
- B) Câmara Municipal de vereadores
- C) CAUD
- D) Centro de Referência da mulher
- E) Clínica da mulher
- F) Conselho Municipal da Mulher
- G) CRAS
- H) CREAS
- I) Disque denuncia
- J) Fusan
- K) Hospitais Estaduais
- L) Hospitais Municipais
- M) Instituto Médico Legal

- N) Núcleos de Gênero de Universidades
- O) Polícia civil
- P) Polícia Militar
- Q) Polícia rodoviária Federal
- R) Programa Atitude
- S) Promotorias
- T) Secretarias Municipais
- U) Serviço de Abrigamento às mulheres em situação de violência

No final do curso com a turma, era feita uma avaliação oral com as formadas e os formados, os professores e professoras foram avaliados e avaliadas positivamente, assim como o material didático e os temas, a única queixa era a carga horária de 60h que achavam extensas, já que muitos tinham outros compromissos. O curso contou com 700 pessoas inscritas, mas com a quantidade mínima de presença, apenas 462 pessoas divididas em 27 turmas finalizaram a capacitação e se formaram. (CARUARU,2012)

C) Casa da Mulher Artesã

Em 2010 a Casa de Cultura da Mulher Artesã foi aprovada pela Prefeitura de Caruaru junto ao Governo Federal, o terreno para a realização dessa casa, foi doado pela Prefeitura da cidade, e se localizaria do Alto do Moura. É um projeto voltado para mulheres de baixo renda que são as provedoras do sustento de seus lares. A casa também tem o intuito de contribuir com o turismo, expondo, divulgando e vendendo o trabalho dessas mulheres. O Governo Federal fez o repasse de R\$ 146.250,00 e a prefeitura de Caruaru com R\$ 12.000,00, resultando no valor total de R\$ 158.250,00.

No entanto, essa parceria não foi possível ser avaliada na nossa pesquisa, uma vez que não foi ainda finalizada, não estando seus dados abertos para o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convênio Casa da Mulher Artesã foi pensado e projetado para acolher mulheres de baixa renda com o intuito de que elas fossem independentes financeiramente, expondo e divulgando seu trabalho, recebendo visitas e contribuindo para a cultura local, visto que o projeto Casa da Mulher Artesã foi arquitetado propositalmente para tomar vida no Alto do Moura, pois assim como o convênio Mulheres de Barro, este também contribuiria para a visibilidade do trabalho e cultura, englobando a mulher caruaruense.

Inicialmente o investimento seria de R\$ 158.250,00 (cento e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), mas por fatores que exigiriam uma análise mais detalhada e específica, não conseguimos dados suficientes e nem acesso aos documentos, o que pode ser realizado em pesquisas futuras. O que podemos observar foi a estagnação do convênio, onde o recurso foi disponibilizado, mas o projeto em si não foi finalizado.

O convênio Mulheres de Barro apesar de não ter tido um grande impacto social por ter sido o menor projeto desenvolvido e realizado pela Secretaria da Mulher de Caruaru, foi uma "ação" que provocou um impacto significativo na vida das mulheres que participaram, pois não somente contribuiu para que elas garantissem sua tão sonhada autonomia financeira, mas para que além disso elas tomassem propriedade de si e de suas escolhas.

Por fim, o convenio de Olhos Abertos Contra a Violência resultou em um impacto significativo na sociedade civil e governo local, pois além de capacitar pessoas para o melhor atendimento, ele atuou positivamente para desconstrução de ideias preconcebidas sobre gênero.

Contudo, o nosso objetivo era identificar se os convênios estariam atendendo as diretrizes dos planos de políticas públicas para as mulheres em âmbito nacional, estadual e municipal, então averiguamos que os convênios atenderam as diretrizes dos planos de políticas públicas para as mulheres, no que se refere, ao Nacional: geração de renda, igualdade de gênero, autonomia financeira, educação para igualdade cidadania, o enfrentamento contra a violência da mulher. Estadual: melhoria das condições de vida das mulheres. Municipal: elevação da qualidade de vida e promoção do direito das mulheres, assistência e prevenção a violência contra a mulher, fortalecimento sociopolítico das mulheres.

Teoricamente os convênios apenas existiriam se estivessem dentro de um programa, que abarcaria os projetos e ações, porém estes convênios firmados entre os Governos Federal e de Pernambuco não atenderam a esta lógica, apenas foram firmados para atender as necessidades das mulheres caruaruenses que por algum motivo estavam em estado de vulnerabilidade, violência e desigualdade de gênero, sempre levando em consideração raça, sexo e classe.

REFERÊNCIAS

AGENCIA PATRICIA GALVÃO. **MAPA DO FEMINICIDIO**. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/mapa/> acessado em: 19/07/2017

ALEPI LEGIS, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **LEI Nº 13.205, DE 19 DE JANEIRO DE 2007**. <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13205&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=> . Acessado em: 19/07/2017

AMORIM, Elba Ravane Alves de; SILVA, Louise Caroline. **Ampliação da participação política das mulheres através da institucionalização da participação social: a experiência da cidade de Caruaru, Brasil**. Simpósio de investigadores "Igualdad de género, instituciones y calidad de la democracia en América Latina: cuánto hemos avanzado y hacia donde vamos?", 2014

AZEVEDO, Rodrigo G.; FAGUNDES, Andréia. **A municipalização da segurança pública no Brasil: pressupostos teóricos e critérios para a implementação de políticas públicas de segurança**. Revista de Estudos Criminais, n. 26, p. 89-106, 2007. Disponível em: <http://www.etcnico.com.br/paginas/mef15764.htm> acesso dia 09/09/2017

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: A ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO FUNDEB**. Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3677/3/control_social_educacao_basica.pdf acessado em: 20/09/2017.

BADINTER, Elisabeth. Émilie. **A ambição feminina no século XVIII** / Elisabeth Badinter; tradução de Celeste Marcondes – São Paulo: Discurso Editorial Duna Dueto: Paz e Terra, 2003.

BARROS. Nivia Valença. **Direitos Humanos e Cidadania: textos sobre crianças e adolescentes**. Nivia Valença-Barros (org.) Niterói: PROEX/UFF, 2005.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2013.

CEJARJ, **Revolução Francesa**. Disponível em: http://cejarj.cecierj.edu.br/pdf_mod2/Unidade02_His.pdf acessado em: 18/08/2017

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CFEMEA, CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Segunda Onda Feminista – 1979**. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1979.php?iframe=2_onda_feminista acessado em: 19/08/2017

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

DESLANDES, S.F. **O Projeto de Pesquisa como Exercício Científico e Artesanato Intelectual**. IN: MINAYO, M.C.S.(Org) Pesquisa Social; Teoria Método e Criatividade. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 12, jan.-abr. 2004, p. 47-71. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>>. Acesso em: 18 Agosto. 2017.

FONSECA. **Municipalização: prefeiturização ou democratização? Desafio aos trabalhadores da escola pública e seus sindicatos**. In: Jornal da APASE, outubro 1998.

FRANCO, Alberto Silva. Prefácio; In: ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

GELÉDES, INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Missão Institucional**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> acessado em: 19/08/2017

INESC, INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, **participação das mulheres na reforma política**. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/a-participacao-das-mulheres-na-reforma-politica> Acessado em: 20/10/2017

LIBRARY, FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acessado em: 19/08/2017

MARQUES, Laudelino. **MUNICIPALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988**. Disponível em: <http://www.etecnico.com.br/paginas/mef15764.htm> acessado em: 20/9/2017

MARRARA, Thiago. **Identificação de convênios administrativos no direito brasileiro**. Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 100, 2005.

PATEMAN, C. **O contrato Sexual**. São Paulo/ Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. A primeira edição é da Polity Press, em colaboração com Backwell Publishers, em 1988, The Sexual Contract.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. Revista História, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PNPPM, **PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 2013-2015**
Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf
acessado em: 14/08/2017

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência/** Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente)

SCIELO, **escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres.** MADALOZZO Regina, ARTES Rinaldo. Em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00202.pdf>

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Anuário 8 de março.** Recife, Ano 1: 2007

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Anuário 8 de março.** Recife, Ano 2: 2008

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Anuário 8 de março.** Recife, Ano 3: 2009

SECRETARIA DE POLITICA PARA AS MULHERES. Organismos Governamentais. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios/dados/estados/pernambuco> acessado: 28/07/2017

SECMULHER, SECRETARIA DA MULHER. **Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento à Mulher.** Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/delegacias>. Acessado em: 10/09/2017

SEMACIP, SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Contribuições Feministas Para o Pensamento Político Brasileiro: As Sufragistas Nos Anos 1920. Disponível em: <http://www.semacip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Contribui%C3%A7%C3%B5es-feministas-para-o-pensamento-pol%C3%ADtico-brasileiro-as-sufragistas-nos-anos-1920.pdf> acessado em: 17/08/2017

UECE, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **As trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres.** Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf acessado: 19/08/2017

UFSCAR, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, **a análise de conteúdo na perspectiva de bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações.** Disponível em:

<http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf> Acessado em: 23/10/2017

WALBY, Sylvia. **Modernities and globalisation**. London: Sage, 2004 (forthcoming).

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A vindication of the rights of woman: with strictures on political and moral subjects** (Nova York, The Modern Library, 2001).